

# Conselho de Representantes

18 de julho – sexta-feira às 14h

Auditório da Escola de Serviço Social, no campus da Praia Vermelha da UFRJ

- Pauta**
- 1 - Informes;
  - 2 - Atividades da Adufrj-SSind - 2014/2;
  - 3 - Encontro Estadual de Educação, e
  - 4 - 59º Conad do Andes-SN.

[www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)

**AduFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

35 ANOS

Andes-SN • Ano XIII nº 850 • 14 de julho de 2014 • Central Sindical e Popular - Conlutas

**PAINEL ADUFRJ**

Dinheiro público financiou estádios

Página 7



**Carreira**

# Consuni convoca sessão para discutir progressão

O tema será pauta única na próxima quinta-feira, 17 de julho, no Conselho Universitário

Página 3

**Especial/professores**

# Demissões seletivas na rede pública

Página 8



**Caça.** Massa de professores em assembleia durante a greve. Repressão selecionou algumas dezenas para a retaliação

# Juíza rejeita ação de diretor da EEFD, Leandro Nogueira, contra estudantes

Página 2

**CIDADE UNIVERSITÁRIA**

# Buraco da Cedae provoca transtornos no Fundão

Obra durou mais de 20 dias, mas conserto mal feito sucumbiu às chuvas

Página 2

Fotos: Elisa Monteiro - 11/07/2014



**Nova interdição.** Cedae foi incompetente na recuperação da tubulação danificada

Elisa Monteiro - 23/07/2014



Fundo de pensão dos Correios em dificuldades

Página 5

Política fiscal do governo serve a banqueiros

Página 6

**ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SERÁ NO DIA 26/7**

## EDUCAÇÃO FÍSICA

# Diretor perde na Justiça

Juíza federal rejeita ação de Leandro Nogueira contra estudantes da EEFD

**Processo foi arquivado e não haverá recurso. Alunos comemoram decisão**

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufRJ.org.br

Não teve fôlego a iniciativa do diretor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), Leandro Nogueira, de recorrer ao judiciário contra estudantes que fazem oposição a sua gestão. A juíza Federal Michelle Brandão de Souza Pinto rejeitou a denúncia contra os estudantes Alex da Costa, Diego Nogueira, Luiz Carlos Machado e Rian Rodrigues por desacato. "Não se pode extrair da conduta dos acusados a figura típica do desacato, não havendo,

portanto, que se confundir uma possível inadequação social de determinada conduta, com a reprovabilidade apta a ensejar uma reprimenda penal", sentenciou a autoridade na audiência de instrução e julgamento realizada no último dia 2.

Na decisão, Michelle Brandão explicitou que o crime de desacato pressupõe a intenção de humilhar o funcionário público em razão de suas funções. "E não o de intuito de criticar ou, ainda, como no caso, demonstrar indignação frente a determinada atitude do servidor", destaca. Segundo a juíza, para tipificação de desacato é necessário ainda "ânimo calmo e refletido" da parte ofendida. O que não foi o caso, marcado pela "exaltação mútua dos envolvidos".

Os problemas entre o diretor da EEFD e militantes do movimento estudantil começaram há quase dois anos. No final de 2012, um desentendimento sobre o es-

tacionamento da Unidade, que teve como pivô a vaga demarcada para o carro do dirigente em frente ao portão da Escola, serviu de estopim para o confronto. As ações do diretor foram marcadas pela truculência, com a tentativa de fechamento do curso de pós-graduação frequentado por um dos estudantes e a convocação da PMs ao campus para retirada a força de estudantes da EEFD. Internamente, a reitoria unificou as acusações de abuso de autoridade e perseguições políticas do diretor em um único processo de sindicância, ainda em curso.

## Processo arquivado

Na sua sentença, a juíza chamou atenção para a contextualização do vídeo utilizado como peça de acusação. As imagens registram um bate-boca entre o diretor e os alunos por causa de cartazes que criticavam a gestão da Unidade por

autoritarismo no dia 18 de dezembro. Para a juíza, a filmagem deixa claro que a ação dos alunos "não se dirige à figura do ofendido enquanto agente público, com vista a desprestigiar a função que exerce, mas sim a forma de gestão da escola". Além disso, ela conclui, havia um "contexto de tensão, tendo havido inclusive outros eventos antes e depois dos fatos narrados".

O processo foi arquivado. O Ministério Público Federal, que ofereceu a denúncia a pedido de Leandro, declarou não pretender recorrer. A decisão foi comemorada pelos estudantes: "Para nós foi um passo muito importante, porque a perseguição, o clima policial na Escola (EEFD) ainda não findou. A vitória mesmo da universidade como espaço democrático, na verdade, só virá quando o Leandro for exo-

nerado da direção", disse Alex da Costa. Os alunos dizem aguardar os desdobramentos dos processos administrativos contra autoritarismo e abuso de poder do professor em curso na Administração Central.

## FND

Os alunos contaram com o suporte do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Nacional de Direito (FND). Para o professor Carlos Eduardo Martins, que supervisionou o trabalho, o caso permitiu uma importante experiência na extensão universitária. Ele conta que o escritório modelo amparou os estudantes da EEFD "prontamente, uma vez que o caso não configurava desacato em nenhum aspecto". "Foi gratificante poder dar essa contribuição à instituição, corrigindo essa tentativa de calar a voz e criminalizar o movimento estudantil", afirmou.

# Buraco da Cedae reabre em frente ao HUCFF

Não resistiu mais que um dia o conserto dos dois buracos abertos no cruzamento entre as ruas Cesar Pernetta e Professor Rodolpho Rocco na Cidade Universitária. As pistas reabertas na quarta-feira 9, foram novamente interditadas na manhã da sexta-feira 11, com o afundamento da obra que vinha sendo realizada desde o dia 23 de junho para recuperar a tubulação estourada da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). A interdição bloqueia o acesso ao terminal rodoviário do Fundão, nas proximidades do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, prejudicando os pacientes.

De acordo com a Prefeitura da Universidade, a responsabilidade é da Cedae. "Aparentemente, eles jogaram terra, mas não compactaram o terreno. Na hora de fechar o buraco, simplesmente jogaram uma ca-



**Remendo. Buraco mal aterrado cede com chuva e vira enorme poça na lateral do HUCFF**

mada de asfalto", afirmou o assessor da PU, Sidney Coutinho. Ainda segundo Coutinho, "com a chuva, a terra ficou fofa e o asfalto se desprende".

O assessor informou que a Prefeitura Universitária trabalharia para nova liberação das pistas ainda sexta-feira 11. Contudo seria uma medida paliativa,

até que uma nova reunião com representantes da Cedae, no início da próxima semana, indicasse uma solução definitiva para recuperação do terreno.

## Mais prejudicados são os pacientes

A interdição do trecho que liga o HUCFF ao terminal rodoviário do Fundão e desativação de seus pontos de ônibus fazem sofrer, sobretudo, os usuários dos serviços de saúde da UFRJ.

Maria Josefa da Silva reclama de dores no joelho enquanto caminha com dificuldades no trajeto desde a saída do HU até o ponto mais próximo, que agora fica em um gramado na lateral do hospital. Paciente do local há mais de 18 anos, para tratamento de glaucoma, Josefa contou com o auxílio da filha para chegar à consulta oftalmológica e, depois, para alcançar a condução de volta para casa, na Vila do João, favela da Maré.

O gramado afastado da lateral do HU passou o período com dezenas de usuários à espera de transporte.

## SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ

Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

**Diretoria da AdufRJ-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUF RJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Patemostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema **Faculdade de Letras** Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufRJ@adufRJ.org.br e secretaria@adufRJ.org.br **Redação:** comunic@adufRJ.org.br **Diretoria:** diretoria@adufRJ.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufRJ.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufRJ.org.br **Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.**

## Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a AdufRJ-SSind ocorrem até 17 de julho para utilização em 10 de agosto de 2014.

## Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

## Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 976-866-793 e 994-110-361 ou pelo e-mail [convênio.unimed@adufRJ.org.br](mailto:convênio.unimed@adufRJ.org.br).

## UFRJ

# Continua a regulamentação da carreira docente no Consuni

Colegiado se reúne em sessão extraordinária no dia 17 para avançar nas deliberações sobre a progressão

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

O Conselho Universitário do dia 10 de julho deu continuidade à etapa de deliberações a respeito da minuta que regulamenta as progressões e promoções da carreira docente do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Dos 70 artigos que compõem a proposta, foram apreciados e aprovados até agora 31. Nesta sessão, foram sancionados artigos relacionados à avaliação de desempenho e à composição das comissões de avaliação.

A regulamentação da carreira foi precedida por grandes polêmicas relacionadas a leituras de diferentes grupos sobre que tipo de carreira a UFRJ precisa para os próximos anos. Avaliações sobre a importância de valorizar atividades e pesquisas públicas e gratuitas, já superadas, foram o cerne do debate. Na quinta-feira, dia 17, o reitor convocará uma sessão extraordinária do colegiado com pauta única que dará continuidade às deliberações relacionadas à carreira docente.

## Privatização da educação

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, falou ao Conselho Universitário sobre os duros ataques à educação superior. "Enquanto estavam acontecendo as atividades da Copa da FIFA, houve uma fusão de duas empresas da educação, a Kroton e a Anhanguera, que criou uma empresa com um dos 20 maiores capitais do mercado na Bolsa de Valores. Ela tem um milhão de estudantes do ensino superior. É um golpe muito forte na direção da mercantilização da educação".

Cláudio traçou um paralelo entre a privatização da educação e as diversas dificuldades financeiras e ataque à autonomia universitária das instituições públicas de ensino: "Estamos vivendo graves dificuldades, com recursos escassos, estruturas precárias. Estamos perdendo autonomia quando, por exemplo, vemos esses elementos da educação privada crescer com financiamento público, sem nos darmos conta de que estão sendo retirados recursos da educação pública. Ou quan-



**Tarefa longa.** Conselho discute minuta da carreira do MS e EBTT desde o dia 5 de junho

do ficamos em dúvida se a pesquisa pública deve ter o mesmo peso que a pesquisa privada na hora de progredir na carreira".

## Jornada de 30 horas

Os servidores técnico-administrativos da UFRJ apresentaram uma proposta de minuta para discussão sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salários. De acordo com o projeto, a universidade criaria três turnos consecutivos e ininterruptos para atender, também, aos estudantes e professores dos cursos noturnos. Assim, na proposta apresentada pelo Sintufjr, os turnos seriam os seguintes: ma-



**Francisco de Assis.** Sintufjr

tutino – das 7h às 13h; vespertino – das 12h às 18h; e vespertino/noturno – das 16h às 22h.

O coordenador-geral do Sin-

tufjr, Francisco de Assis, apresentou um conjunto de decretos, leis e normas federais que possibilitam e orientam a redução da jornada de trabalho. Dentre eles, o Decreto nº 4.836/2003, da Presidência da República, institui a jornada de 30 horas semanais "quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno". O texto diz que cabe ao dirigente máximo do órgão ou entidade federal regulamentar a jornada reduzida.

Francisco alegou que a redução da jornada melhorará a prestação de serviços para a

## Moções aprovadas

O colegiado aprovou duas moções: uma pela liberdade acadêmica e da pluralidade de pensamento, outra em repúdio à criminalização dos movimentos sociais. A primeira, fruto de acaloradas discussões nas sessões anteriores do Consuni, foi redigida por uma comissão designada pelo reitor Carlos Levi. O documento é uma resposta da UFRJ ao parecer da Capes que negou um projeto de pesquisa por seu viés marxista. A segunda moção, proposta pela bancada estudantil e assinada por 16 conselheiros, posiciona a UFRJ veementemente contra qualquer ação por parte do Estado de cerceamento dos movimentos sociais e cita o caso da professora Mônica Grin, do Instituto de História, que teve sua sala invadida pela polícia por conta de uma ação movida pelo candidato à presidência da República, Aécio Neves.

comunidade acadêmica: "Há a valorização do fazer coletivo com o trabalho ininterrupto, a integração social e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da universidade. A jornada de 30 horas semanais também permite uma maior capacitação dos servidores e a melhoria do atendimento à comunidade". A matéria voltará a ser apreciada no Conselho Universitário.

## Denúncia de assédio moral no CT

Foram levadas ao Conselho Universitário denúncias de que o novo decano do Centro de Tecnologia, professor Fernando Ribeiro, teria assediado moralmente um servidor técnico-administrativo por discordar de suas posições políticas durante as eleições da decania. O decano eleito, que tomou posse no Conselho Universitário, negou as acusações. Ele não quis entrar em detalhes sobre o ocorrido, mas disse que a eleição foi "acalorada, com muitas agressões". "Quero aqui pedir desculpas publicamente se desrespeitei alunos ou servidores técnico-administrativos".

## BRASIL

# Professora critica ação policial na UFRJ

Mônica Grin, do Instituto de História, quase sofreu o confisco de equipamentos de trabalho: o motivo foi uma denúncia, movida pelo comitê eleitoral do PSDB, de suposta "calúnia" contra Aécio Neves

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

**Pivô do "crime" foi um roteador contratado para dar agilidade às pesquisas**

Mônica Grin, coordenadora do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, estava na rua quando recebeu um telefonema, no início da tarde de 11 de junho, para se dirigir às pressas ao seu local de trabalho, o prédio da universidade no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio. Quatro oficiais de justiça confiscavam materiais da professora para averiguação de crime de calúnia. A denúncia foi movida pelo comitê eleitoral do senador e presidenciável Aécio Neves (PSDB-MG) junto à Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Com surpresa, a coordenadora se deparou com a seguinte cena: um *laptop* da UFRJ, dois *pendrives* pessoais e um *drive* externo vazio, separados pela diligência, sobre a principal mesa do programa de pós-graduação, na sala 205 do IFCS/IH. Prontamente, Mônica explicou que o endereço eletrônico (IP), rastreado pela Justiça de São Paulo como possível foco de ataques ao candidato, na verdade, correspondia a um roteador *wifi* contratado pela professora para uso coletivo de estudantes e de pesquisadores do programa. A Polícia Civil chegou a sugerir que Mônica entregasse uma lista com nomes de possíveis usuários do serviço. Mas ela negou.

Na operação, que levou cerca de duas horas, dois técnicos de informática da Polícia Civil foram chamados para um parecer técnico. De acordo com Mônica, ao constatar que a rede sem fio se estendia inclusive à área externa da sala, alcançando o corredor, os policiais desistiram de levar os aparelhos. "Houve ainda certa confusão em relação ao meu computador, porque eles buscavam uma torre que não encontraram", contou, apontando para o PC de peça única.



Foto: Elisa Monteiro - 26/06/2014

**Invasão** da polícia ao IFCS/IH agride a autonomia universitária e a livre manifestação

A professora observou que caso os policiais vissem a matriz principal, "todos os arquivos do programa, livros, documentos, atas de reuniões e coisas similares" poderiam ser confiscados para investigação, prejudicando o trabalho acadêmico.

## Arbitrariedade

Para Mônica, a arbitrariedade do episódio é o mais esterecedor. Ela frisa que até então não havia recebido qualquer notificação. "Em momento algum fui procurada. Na verdade, até agora não fui consultada para esclarecimentos", explicou. E mais: no documento apresentado pelos oficiais não encontrou descrição precisa sobre a acusação: "Não tinha uma frase a mim atribuída. Estava escrito apenas 'calúnia'. Um oficial argumentou que a Lei de Mídia era assim agora", completou.

Chamou atenção de Mônica ainda a celeridade do processo. De acordo com o mandado, entre o pedido junto à Justiça de São Paulo, o aval do Ministério



**Mônica Grin**

Público do Estado do Rio de Janeiro e a decisão final do juiz Alberto Fraga pela diligência, correram apenas 10 dias (de 30 de maio a 9 de junho). "Esse juiz acatou tudo muito rapidamente. E não houve movimento no sentido de esclarecer um pouco mais. Ou de investigar, antes de abordar as pessoas. Seria necessário saber do que se trata, mas não tiveram esse cuidado", observou.

Sem filiação partidária, "no máximo simpatias políticas",

Mônica afirma ser cautelosa com manifestações públicas: "Até pelo trabalho junto aos alunos, sou muito discreta. Principalmente nessas redes sociais". Por outro lado, questiona se as críticas não "fazem parte do jogo democrático".

## Internet paga foi pivô

O pomo da discórdia na intervenção policial foi o equipamento adquirido pela professora para suprir um problema estrutural da UFRJ, uma internet que não atende às atividades acadêmicas do prédio no Centro do Rio. "Não fosse isso, nada teria acontecido", sublinha a coordenadora da pós em História Social. De acordo com Mônica, no Largo do São Francisco de Paula, a rede institucional é "precária" e "intermitente". E "para produzir, além de equipamentos, precisamos de agilidade", afirmou. "Queremos fazer melhor e nos prejudicamos", disse, em referência à contratação do serviço particular.

## Intervenção expôs fragilidades

Mônica informou estar mais tranquila, mas na hora sentiu muita raiva e ficou muito abalada. "Somos um projeto de pesquisa. Essa situação com a polícia dentro da nossa sala pegou muito mal. Expôs todos nós". Ela conta que, durante o episódio, a direção da Unidade buscou apoio (sem sucesso) da procuradoria da UFRJ: "O procurador chegou a falar pelo telefone com o oficial, mas a conversa não surtiu efeito. Na hora, ninguém pensou em argumentar sobre sermos território federal". Depois, a reitoria divulgou nota na qual informa que a universidade entrou com medida cautelar para evitar a repetição do episódio.

"Há uma preocupação em relação à autonomia universitária. É uma ação importante na medida em que resguarda meu local de trabalho. Mas em relação à acusação criminal tive de tomar minhas próprias providências". Assessorada por advogados criminais, Mônica está na expectativa de arquivamento do caso. "A verdade é que estamos vulneráveis. Absolutamente vulneráveis", desabafou.

De acordo com a professora, "o lado bom da coisa" foi contar com a solidariedade. Além de amigos e colegas de profissão, entidades e autoridades como a Associação Nacional de História (ANPUH) e o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e ex-presidente da Ordem no Rio de Janeiro, Wadih Damous, manifestaram-se contra o abuso. A Adufrj-SSind também divulgou moção de apoio à docente, publicada na última edição do jornal da entidade. A notícia, na página da Seção Sindical no Facebook, alcançou quase 300 compartilhamentos até o fechamento desta matéria.

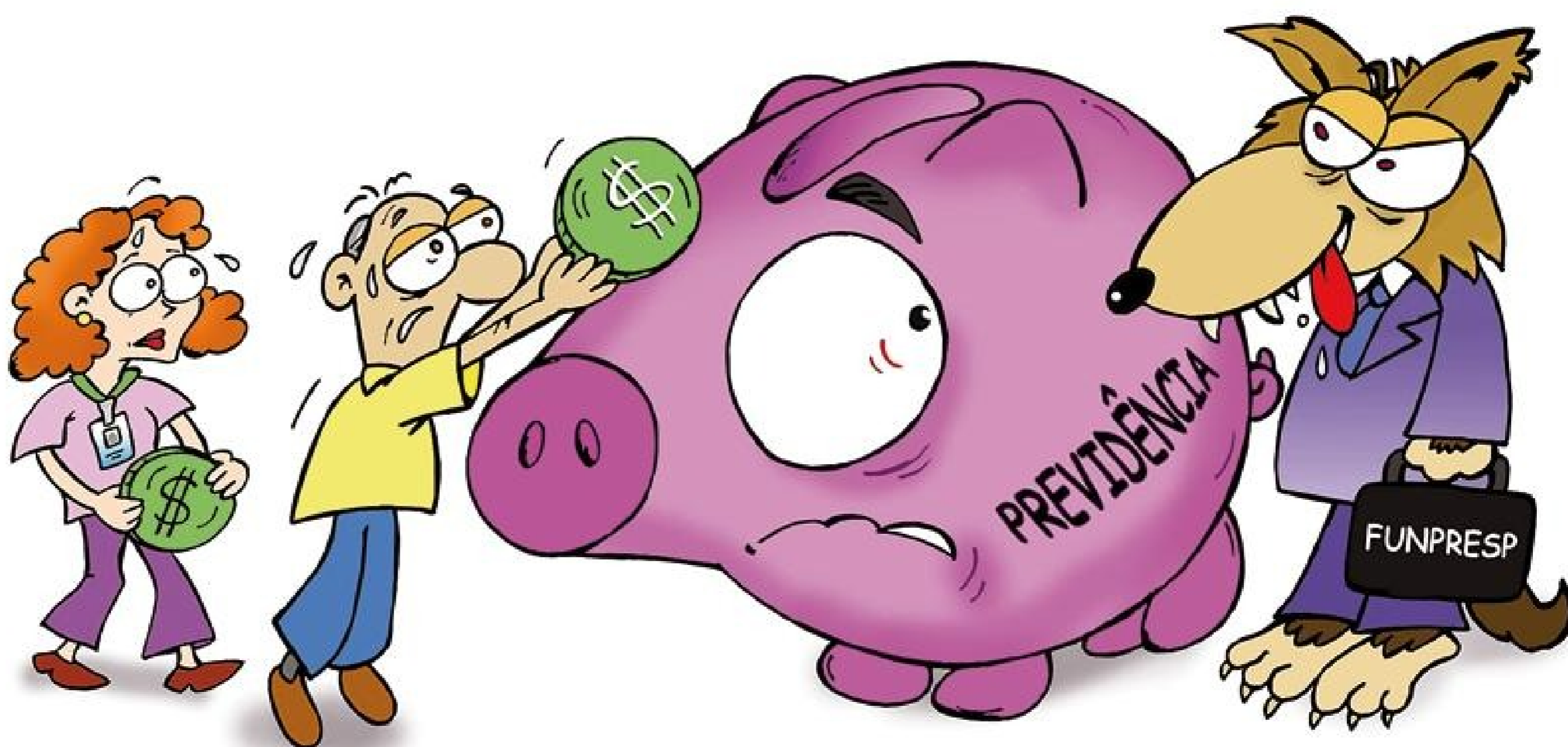
## PREVIDÊNCIA PRIVADA

# Rombo no Postalís atinge trabalhadores dos Correios

Para cobrir déficit do fundo de previdência complementar, empresa está pagando R\$ 24 milhões por ano

Em função de perdas por maus investimentos, que corroeram mais de 10% do patrimônio do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís) em 2012, os Correios estão pagando R\$ 24 milhões por ano para cobrir o déficit do fundo de previdência complementar de seus funcionários. A informação, divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo no final de junho, acrescenta que o prejuízo chegou às contas dos 80 mil beneficiários do Plano de Benefício Definido do fundo de pensão, que também pagarão pelo rombo.

Mensalmente, e por período indefinido, ao menos R\$ 5,90 – a depender do salário – são retirados dos funcionários, a título de contribuição extraordinária. Segundo o conselheiro do Postalís, representante dos funcionários, José Rivaldo da Silva, as perdas totais em 2012 foram de R\$ 900 milhões, conforme divulgado na reportagem. Em uma conta bruta, dividindo igualmente o prejuízo, caso este fosse pago à vista, cada um dos 80 mil contribuintes teria que desembolsar R\$ 5.600 para cobrir os prejuízos do fundo. A conta dos trabalhadores só não



aumentou neste ano porque a Previdência Complementar (Previc) alterou as regras para os déficits registrados em 2013.

Para o professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), campus Santana do Ipanema, José Gomes Menezes, esta situação é um alerta para todos os trabalhadores que têm optado pela adesão

aos fundos de previdência complementar similares ao Postalís, como o Funpresp, no caso dos servidores públicos federais, entre eles os docentes. “É importante informar o risco que todos estão correndo com estes fundos de previdência complementar e alertar para a não adesão. Pelas regras atuais, se os fundos apresentarem prejuízos seguidos e se os títulos aplicados não

renderem dentro das metas estabelecidas, que foi o que aconteceu com o Postalís e pode acontecer também com o Funpresp, tanto o proponente quanto o beneficiário devem contribuir para suprir o déficit”, explica Menezes.

O docente acrescenta que o Postalís é apenas um dos fundos que está passando por problemas sérios, por conta da crise econômica mundial, visto

que a lógica destes fundos é a aplicação de recursos no mercado financeiro. “A tendência é que essas perdas se ampliem ainda mais. Não vejo em três, quatro anos, qualquer possibilidade de mudança na economia brasileira, porque o cenário mundial é extremamente adverso. Os títulos e ações são arriscados. Não há luz para que os fundos passem a ter rentabilidade maior”, alerta.



**Encontro  
Estadual de  
Educação**

FÓRUM ESTADUAL  
DE DEFESA DA  
ESCOLA  
PÚBLICA  
www.fedep.org.br

**26 de julho**

**Local: ISERJ, Rua Mariz e Barros, 273**

Venha debater uma nova agenda da sociedade brasileira para a educação

As inscrições para o encontro seguem abertas até esta terça-feira, 15 de julho, e podem ser enviadas via *link*: <http://migre.me/jwiNC>

## BRASIL

# Dívida pública à frente dos direitos sociais

Banqueiros e fundos de investimentos são os grandes beneficiados pela política fiscal e monetária que ainda exime o capital financeiro de tributos. Perde quem precisa de serviços públicos essenciais

A Dívida Pública Federal (DPF) apresentou, em maio, forte elevação de R\$ 70,360 bilhões (3,43%) em relação a abril, atingindo R\$ 2,122 trilhões, segundo dados divulgados, no final de junho, pelo Tesouro Nacional. O motivo foi o grande número de emissão de títulos por parte do governo, conforme a matéria publicada no portal de notícias da EBC.

Apenas em maio, R\$ 59,25 bilhões foram emitidos em títulos da dívida pública. A maior parte, R\$ 42,08 bilhões, correspondeu a títulos prefixados, ou seja, com juros fixos definidos com antecedência. Rodrigo Ávila, economista da Auditoria Cidadã da Dívida, aponta que “segundo uma política neoliberal, o governo precisa, periodicamente, emitir novos títulos para obter recursos para pagar as dívidas que estão vencendo. O governo sempre precisa fazer novas dívidas para pagar os juros e amortizações (o principal da dívida) que entram em vencimento. Portanto, fica claro que não há saída dentro deste modelo econômico”.

O pagamento dos juros e amortizações da dívida é também garantido pelo Regime de Metas de Inflação, que prevê um controle da quantidade de moeda em circulação para que não haja a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. “Não se pode aumentar muito a quantidade de dinheiro na mão das pessoas, pois isso as deixaria com muita capacidade de compra, sem que haja produtos suficientes no mercado, configurando inflação. Além disso, o governo retira dinheiro de circulação também por meio da cobrança de tributos, que se expressa no aumento do preço dos alimentos, por exemplo. Mas, para parar este círculo vicioso e questionar todo o estoque do endividamento, é preciso fazer uma auditoria sobre esta dívida”, diz Ávila.

## R\$ 1 trilhão em 2014

O Orçamento Geral da União de 2014 foi sancionado pela Presidenta Dilma no início do ano, prevendo mais de R\$ 1 trilhão para o pagamento da dívida pública federal, o que significa mais de 42% de todos os gastos. No que toca a educação, o governo federal previu destinar menos de R\$ 90 bilhões (o que inclui

todas as universidades federais, instituições de ensino técnico e outros gastos), valor este equivalente a onze vezes menos que o previsto para juros e amortizações da dívida pública federal. Haja vista essa diminuição dos recursos para a educação, mais uma vez, a comunidade educacional se mobilizou juntamente com outras categorias que defendem os serviços públicos de qualidade, destacando-se vários atos e greves por melhores condições salariais e de trabalho.

A matéria da EBC também esclarece que a dívida pública mobiliária – em títulos públicos – interna subiu de R\$ 1,96 trilhão para R\$ 2,03 trilhões, e a dívida pública externa encerrou maio em R\$ 93,22 bilhões, com leve alta de 0,35% em relação ao valor de abril, quando tinha atingido R\$ 92,9 bilhões. O economista da Auditoria Cidadã da Dívida afirma que “os números oscilam a cada mês, mas a dívida cresce ano a ano e explodiu nas últimas décadas.

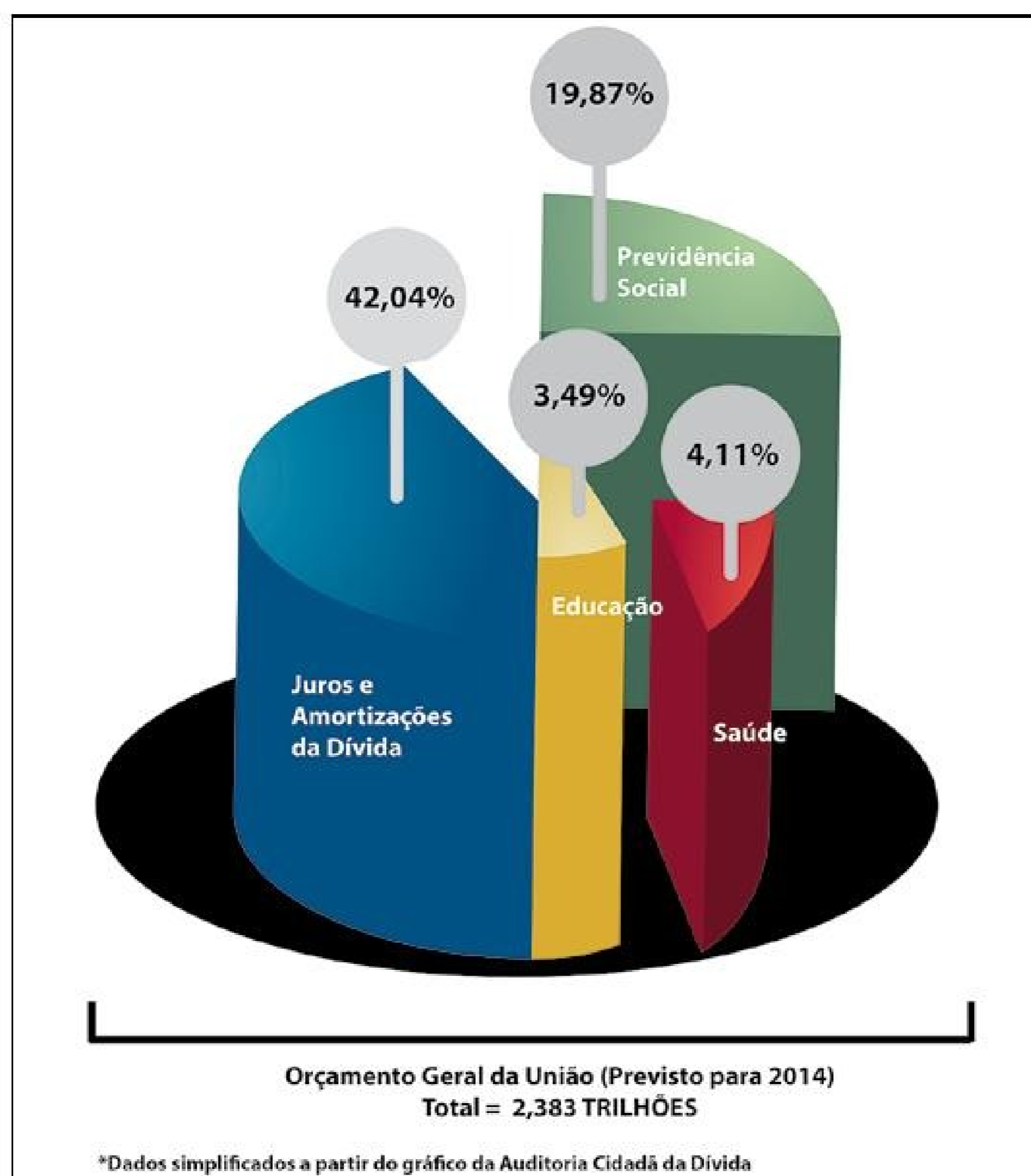
Ao final de 1994, a dívida interna federal era menor que R\$ 100 bilhões, e no fim de 2013 já chegava aos R\$ 3 trilhões.

Os dados apresentados geralmente pelo governo – e repercutidos pela imprensa – apontam um valor bem menor, de cerca de R\$ 2 trilhões, pois omitem os títulos emitidos pelo Tesouro que estão em poder do Banco Central (BC). A justificativa oficial para a omissão desta parcela da dívida é que seria uma dívida entre setores do próprio governo (ou seja, o Tesouro devendo ao Banco Central), porém, grande parte destes títulos são entregues pelo BC aos investidores privados, por meio das chamadas ‘Operações de Mercado Aberto’, que apesar do nome complicado, significam mais dívida pública, que paga os juros altíssimos aos bancos às custas do povo”.

Apesar dos dados do Tesouro Nacional apontarem que o custo médio da Dívida Pública Federal nos últimos 12 meses caiu

de 11,52% para 11,29% ao ano, mostrando que esse indicador diminuiu de abril para maio, “se olharmos a tendência anual, e comparamos com um ano atrás (11,04% em maio/2013), vemos que o custo médio da dívida está, na verdade, subindo”, afirma Ávila.

De acordo com o economista, “este sistema privilegia os detentores de títulos da dívida, que são principalmente os grandes bancos e investidores. Por outro lado, perdem os trabalhadores, que dependem de serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, transporte, previdência, dentre muitos outros, cujos recursos são drasticamente reduzidos devido à priorização dos gastos com a dívida. Além do mais, os tributos no país oneram principalmente os trabalhadores e consumidores, enquanto o grande capital financeiro paga pouquíssimos tributos”. (Fonte: Andes-SN. Edição Adufrj-SSind)



Este sistema privilegia os detentores de títulos da dívida, que são principalmente os grandes bancos e investidores. Por outro lado, perdem os trabalhadores, que dependem de serviços públicos essenciais



**Rodrigo Ávila**  
Economista da ACD

Andes-SN



Ávila. Estudo da dívida

# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

## Felipão

■ A arrogância de Felipão é mais profunda do que mera boçalidade.

O técnico Luiz Felipe Scolari, do Palmeiras, conhecido por seu jeito autoritário, elogiou o ex-ditador chileno Augusto Pinochet, preso em Londres, na Inglaterra.

Em entrevista à "Rádio Jovem Pan", de São Paulo, em 1998, ele confessou sua admiração pelo general do crime Augusto Pinochet.

"Pinochet fez muita coisa boa também. Ajeitou muitas coisas lá (no Chile). O pessoal estava meio desajeitado. Ele pode ter feito uma ou outra retaliaçãozinha aqui e ali, mas fez muito mais do que não fez", afirmou o treinador.

## Parreira

■ Quem cobriu a Granja Comary jura que o jeito educado de Parreira embute um reacionário enrustido.

E foi dele a ideia de usar estatísticas para não assumir o desastre.

## Nas garras do lucro

■ Fusão dos grupos Anhanguera e Kroton cria gigante da educação.

O novo grupo nasce com valor de mercado de mais de R\$ 22 bilhões e quase 1 milhão de alunos no Ensino Superior.

## Dona da Veja

■ A Editora Abril, que edita a Veja, expande seus negócios na área de educação, adquirindo escolas e cursos preparatórios.



Maracanã. Reforma custou mais de 1 bilhão de reais

## O custo dos estádios

Dos 12 estádios construídos para a Copa do Mundo da FIFA, somente três não deixarão o poder público endividado: Arena Corinthians, Beira-Rio e Mané Garrincha, esse último financiado com a venda de terras públicas pela Terracap. Já o somatório dos outros nove entra no jogo, por enquanto, dos sete dígitos. Uma pesquisa feita pela agência de jornalismo Pública mostra que até agora já foram gastos R\$4,8 bilhões pelos governos estaduais com a construção

das arenas e obras em seus arredores. O repasse de dinheiro público para a iniciativa privada para a Copa serviu especialmente às empreiteiras. Para deixarem os cofres públicos e chegarem aos bolsos do empresariado, as verbas passaram por dois caminhos. No primeiro os estados se endividaram com o BNDES para a feitura das obras e entregaram os estádios para a gestão da iniciativa privada. O segundo caminho é o das parcerias público-privadas. O

investimento na construção e gestão dos estádios foi feito pelo empresariado e Governo, mas com a garantia por parte do poder público de um rendimento mínimo à iniciativa privada. Os estados não só constroem as arenas, mas também repassam verba aos seus parceiros privados. Salvador e Natal, por exemplo, já têm o orçamento comprometido em cerca de R\$1,5 bilhão cada em repasse a parceiros pelos próximos 15 e 12 anos, respectivamente. **(Filipe Galvão e Redação)**

## Dois milhões param. Na Europa

■ Perto de dois milhões de trabalhadores do serviço público, organizados por diversos sindicatos, realizaram uma paralisação de 24 horas contra a reforma previdenciária e cortes salariais. A adesão ao movimento alcança a Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. A greve é a maior registrada em três anos sob o governo conservador de David Cameron - que impõe medidas de retirada de direitos dos trabalhadores com pacotes de austeridade.

## Greve das paulistas

■ O Fórum das Seis - representação de docentes e funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza - decidiu continuar e fortalecer a greve nas três universidades estaduais paulistas, iniciada em 27 de maio.

“A grande mídia é a grande arma do capitalismo”

Plínio de Arruda Sampaio  
★1931 †10/07/2014



## Plínio

ANDES-SN lamenta o falecimento de Plínio de Arruda Sampaio

■ Em nota, o Andes-SN lamentou profundamente o falecimento de Plínio de Arruda Sampaio, na terça 8.

"O Sindicato Nacional expressa seu profundo sentimento de pesar aos familiares, amigos e companheiros de luta e ressalta que Plínio de Arruda Sampaio é uma das principais referências históricas para os movimentos sociais brasileiros", diz o texto.

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



## EDUCAÇÃO BÁSICA

# Governos impõem 'cassação política' para intimidar movimento

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Pedro Guilherme, Lucas Von Der Weide e Suraia Mockdece El-kaddoum são colegas de trabalho na Escola Estadual Julia Kubitschek. Em greve, desde o dia 12 de maio, por uma longa pauta trabalhista e pedagógica negociada, porém não cumprida depois da suspensão de uma paralisação no ano passado, os três fazem parte da lista de mais de 300 professores da rede demitidos sob o argumento de acúmulo de faltas e abandono de emprego.

Enquanto aguardavam do lado de fora do Fórum do Rio de Janeiro os desdobramentos de uma audiência no dia 4 julho com o sindicato da categoria sobre o tema, os três falaram um pouco sobre a investida dos governos municipal e estadual contra o movimento. O sentimento geral é de "cassação política", resumiu Guilherme. Os três se dizem confiantes de que as demissões serão revertidas, mas temem a transferência dos atuais locais de trabalho.

"O sentido do trabalho é a relação com os alunos. Com turmas grandes levamos tempo para conhecer os alunos pelo nome e conquistar a confiança. E isso pode ser quebrado", afirma Guilherme. O professor de Sociologia conta que atua em quatro escolas distintas da rede, com 19 turmas. Cerca de 700 alunos de 15 a 60 anos ao todo.

"Hoje tive informação de que colocaram outro professor no meu lugar. Já não faço parte do quadro de horário. De concreto, o que temos até agora são professores fora de suas escolas. O inquérito virou processo disciplinar e está avançando. Em caso de afastamento, são entre três e oito meses sem vencimentos. Tudo está sendo feito de forma abusiva e ilegal", completou Guilherme. Na Prefeitura do Rio, 60 profissionais da educação estão sob a mesma ameaça.

A professora de Português, Suraia Mockdece declarou-se disposta inclusive a briga individual na Justiça. Ela conta que chegou ao Julia Kubitschek há dois anos, depois de trabalhar numa escola extinta pelo governo Sérgio Cabral.



Fotos: Elisa Monteiro - 04/07/2014

Guilherme. "Eles têm medo de que a nossa organização perturbe o projeto que estão implantando".

## Demissões políticas

Os professores dizem que a ação contra eles é ao mesmo tempo retaliação e censura. "(Desde a greve de 2012) fizemos muitos debates na escola. O que eles querem é acabar com isso. Eles têm medo de que a nossa organização perturbe o projeto que estão implantando", denuncia Guilherme.

Suraia segue a mesma linha: "Eles escolheram as pessoas que se insurgiram desde 2012 contra a diretriz pedagógica em curso, que questionam a meri-

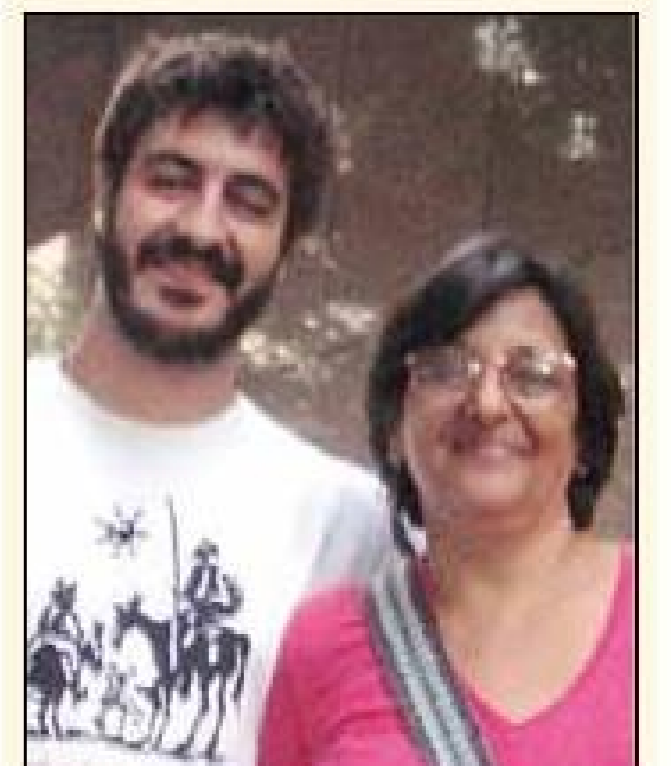
tocracia, que incomodam porque não querem fazer os projetos com dinheiro de bancos. Eu, por exemplo, não quero Unibanco dentro da minha escola, porque acredito que é uma forma de privatizar a educação".

Professor de Matemática desde que a carga horária de Física "foi reduzida por uma dessas várias reformas curriculares recentes nas escolas normalistas", Lucas também avalia que a estratégia do governo é uma forma de tentar desgastar os militantes. "A reposição fei-

ta no Município foi outra", sublinha. "Se o máximo previsto para servidores são 40 horas semanais, a reposição não poderia ser jamais de 60 horas". Ex-professor substituto do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp), Lucas lembra que no caso da greve federal de 2010, "a reposição foi cansativa, mas feita com responsabilidade. Garantiu-se um novo ano letivo". Na rede básica por sua vez, a situação ficou mais difícil "pela antecipação do calendário em função da Copa".

## Gestoras longe do movimento

Em relação à postura das direções, Suraia Mockdece, 59 anos de idade e quase 30 de magistério na rede pública recorda de uma greve da Educação no final dos anos de 1980 quando um grupo de diretoras foi exonerado por aderir ao movimento paredista. Ela lembra que a escolha direta por meio de voto teve início nas escolas a partir da redemocratização do país. Anos mais tarde, o exercício da democracia direta nas escolas foi esvaziado. "Nos últimos seis, talvez oito anos é que surgiram essas coisas de cursos e concursos para direção com gratificações mais atraentes", observa. Nas direções das escolas por que passou a professora, as antigas diretoras acabaram por se manter nos cargos. Contudo, na transição, as funções foram mudando: "Hoje são encaradas como gestoras", analisa. Suraia destaca que, em algumas escolas, as dirigentes têm formação em economia e respondem por encargos distintos dos pedagógicos, "administrando verbas, alocando recursos e prestando contas". Em contrapartida, ela diz, "estão, com certeza, mais distantes do movimento". "Não sendo eleitas, não têm mais compromisso com a comunidade escolar".



Lucas e Suraia. Professores também estão ameaçados